

## ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA E SEMIÓTICA DE PEIRCE: UMA ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DE UMA CAPA DA REVISTA CARTA CAPITAL

### CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS AND PEIRCE'S SEMIOTICS: AN INTERDISCIPLINARY ANALYSIS OF A COVER OF THE CARTA CAPITAL MAGAZINE

Manoel Ivany dos Santos Vieira Junior<sup>1</sup>

Talita Rodrigues Mena Barreto<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo consiste em uma análise interdisciplinar que visa discutir a atribuição de sentidos de uma capa da revista *Carta Capital*. O objetivo geral é fomentar uma discussão sobre os fenômenos, signos e discursos que constituem a capa da revista, a fim de compreender como se dão os processos de construção de sentidos. A fundamentação teórica é pautada nos estudos da Semiótica, sob o olhar de Peirce (2005) e Santaella (2005), além da Análise de Discurso Crítica (ADC), sob o viés de Fairclough (2001). A metodologia se dá por uma perspectiva descritiva, interpretativa e analítica dos fenômenos verbais e imagéticos na esfera sígnica, além das construções discursivas que implicam as escolhas dos signos em estudo. Os resultados obtidos são coerentes com a hipótese de que a capa da revista Carta Capital em análise traz discursos, que são motivados socialmente, condizentes com o status da revista e em consonância com o contexto político brasileiro da época, uma vez que há discursos hegemônicos que provavelmente buscam de forma consensual trazer práticas e ações ao Brasil, sobretudo no contexto eleitoral para o ano de 2018.

**PALAVRAS-CHAVE:** Semiótica. Análise de Discurso Crítica. Construção de sentido. Revista Carta Capital.

**ABSTRACT:** This article consists of an interdisciplinary analysis that aims to discuss the attribution of meanings of a cover of Carta Capital magazine. The general objective is to foster a discussion about the phenomena, signs, and discourses that constitute the magazine cover, in order to understand how the processes of sense construction take place. The theoretical basis is grounded on Semiotics studies, under the view of Peirce (2005) and Santaella (2005), in addition to Critical Discourse Analysis (CDA), according to the perspective of Fairclough (2001). The methodology is based on a descriptive, interpretative, and analytical perspective of the verbal and imagetic phenomena in the sign sphere, besides the discursive constructions that imply the choices of the signs under study. The results obtained are consistent with the hypothesis that the under-analysis cover of *Carta Capital* magazine brings discourses, which are socially motivated, consistent with the status of the magazine, and in line with the Brazilian political context of the time, since there are hegemonic discourses that probably seek in a

---

<sup>1</sup> Mestrando em Estudos Linguísticos, pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (POS LIN), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); E-mail: [manoel.ivany.mi@gmail.com](mailto:manoel.ivany.mi@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduada em Letras – Português, pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); E-mail: [talitamena97@gmail.com](mailto:talitamena97@gmail.com).

consensual way to bring practices and actions to Brazil, especially in the electoral context for the 2018 year.

**KEYWORDS:** Semiotics. Critical Discourse Analysis. Construction of meaning. Carta Capital Magazine.

## **Introdução**

As primeiras teorias que tratam da linguagem enquanto fenômeno comunicativo das interações humanas foram sustentadas por princípios estruturalistas que consideram o signo um fenômeno de natureza puramente linguística. No entanto, os estudos que posteriormente se debruçaram sobre a constituição do signo, assim como sobre suas possibilidades de análise, permitiram-nos considerar o seu propósito representativo como característica essencial para uma compreensão em sentido lato da generalidade dos signos.

Uma ciência geral dos signos preocupar-se-ia, portanto, com aspectos gerais da representação dos signos que produzem significados em diferentes condições de uso. A Semiótica caracteriza-se como essa ciência que, de maneira abstrata, alia a teoria geral dos signos com as análises práticas que envolvem os processos de signos, as análises de mensagens e as situações comunicativas (SANTAELLA, 2005).

Em colaboração, a Análise de Discurso Crítica (ADC) se debruça em estudos sobre o discurso e seus efeitos na sociedade. O analista do discurso tem como objetivo – diante de vários outros – investigar de qual forma, via discurso, ideologias se mantêm na sociedade, sendo reproduzidas e/ou renovadas, já que o discurso, consoante Fairclough (2001), é prática social.

Aqui, trouxemos dois conceitos-chave da ADC: ideologia e hegemonia. Esses conceitos circulam intimamente na dimensão/prática social (LIRA; ALVES, 2018). Uma vez que o discurso é constituído de signo(s) sempre em um texto, é nesse espaço que a ideologia e a hegemonia se materializam. Logo, é no texto que conseguimos investigar construções discursivas que alicerçam relações assimétricas de poder. Com isso, propusemos fazer a interface da Semiótica com a ADC, para analisar uma capa da revista Carta Capital, particularmente, no contexto político de 2017.

Acerca do nosso percurso analítico o qual nos preocupamos em fazer neste artigo, consideramos primeiramente os postulados linguísticos que constituem a Semiótica, assim como o conceito de signo. Posteriormente, fizemos a interface com a ADC, com o intuito de trazer a análise discursiva com as contribuições sgnicas da Semiótica. Em seguida, partimos de uma análise descritiva e interpretativa de uma capa da revista Carta Capital, divulgada no ano de 2017, imersa em um contexto político conflituoso. Quando da análise, apontamos as

características imagéticas e verbais, além do conteúdo das mensagens da capa da revista que, no viés discursivo, aponta para um posicionamento que não é neutro.

A proposta final deste artigo é a de estabelecermos uma aliança entre a teoria e a prática da Semiótica de Peirce (2005) com a ADC, à luz de Norman Fairclough (2001), para investigar, de modo mais especializado, a construção de sentido na capa da revista analisada, considerando, para a construção desta análise crítica, os conhecimentos enciclopédico, linguístico e interativo.

### **Semiótica de Peirce: revisitando conceitos**

Usado pela primeira vez pelo filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce (1839 – 1914), o termo “semiótica” ganhou maior notoriedade na década de 1960, com os estudos sobre a narrativa, ampliados pelo linguista lituano Algirdas Greimas (1917-1992). É importante salientar, antes de tudo, que a Semiótica se ramifica em três grandes linhas de pensamento e organização metodológica: a corrente americana, ou Semiótica de Peirce, que tem suas bases na lógica; a Semiótica de origem francesa, ou greimasiana, na qual há uma revisão do estruturalismo de Saussure; e a Semiótica de origem russa, ou Semiótica cultural, com foco nos estudos culturais e da comunicação. Para esta investigação, tomaremos por base as categorias de análise da primeira, a Semiótica de Peirce.

Com isso, é proveitoso que explanemos de início a breve definição que Peirce (2005) faz sobre tal ciência: “A lógica<sup>3</sup> é a ciência das leis necessárias gerais dos Signos e, especialmente, dos Símbolos” (PEIRCE, 2005, p. 29). A Semiótica, portanto, ultrapassa o objeto de análise da linguística, uma vez que ela abrange textos de naturezas diversas e também signos não-linguísticos.

Charles Peirce, pioneiro nas análises voltadas para o estudo geral dos signos, desenvolve uma teoria semiótica, sobre a qual nos preocupamos em explanar nesta análise, que pode ser compreendida por três facetas, devido à complexidade e diversidade de seus objetivos: 1) a gramática especulativa; 2) a lógica crítica; e 3) a metodêutica ou retórica especulativa. Uma breve explicação sobre cada uma pode ser necessária para iniciarmos uma compreensão do que a Semiótica abrange:

A gramática especulativa é o estudo de todos os tipos de signos e formas de pensamento que eles possibilitam. A lógica crítica toma como base as diversas espécies de signos e estuda os tipos de inferências, raciocínios ou argumentos que se

---

<sup>3</sup>O termo “lógica” é usado aqui pelo próprio autor como sinônimo de semiótica.

estruturam através de signos. [...] a metodêutica tem por função analisar os métodos a que cada um dos tipos de raciocínio dá origem (SANTAELLA, 2005, p. 3).

Cada um desses ramos pressupõe o outro, sendo a Gramática especulativa a base para todos os outros fundamentos. É preciso, portanto, o desenvolvimento de cada um deles para dar seguimento ao outro. Devido ao nosso objetivo de análise e da necessidade de um estudo mais extenso e comprometido com esses ramos da Semiótica para uma compreensão mais ampliada de seus objetos, deteremos nossas atenções aos conceitos bases da gramática especulativa, sobretudo aos esquemas de tricotomias de Peirce para o estudo dos signos.

Signo é “[q]ualquer coisa que conduz alguma outra coisa (seu *interpretante*) a referir-se a um objeto ao qual ela mesma se refere (seu *objeto*), de modo idêntico, transformando-se o interpretante, por sua vez, em signo, e assim sucessivamente *ad infinitum*” (PEIRCE, 2005, p. 74). O signo, dessa forma, tem uma natureza triádica, diferente do aspecto de dualidade proposto por Saussure, e repete essa cadeia categórica aprofundando-se em aspectos analíticos do signo em questão e dos que vão sendo referenciados em decorrência desse processo.

O pensamento tricotômico na teoria do semioticista, no entanto, não é originário da teoria Semiótica desenvolvida por Peirce, pois o autor esclarece, em muitas obras suas, as referências para o desenvolvimento dessa lógica investigativa nos estudos semióticos: “Foi Kant, o rei do pensamento moderno, quem primeiro observou a existência, na lógica analítica, das distinções tricotômicas ou tripartidas” (PEIRCE, 2005, p. 9). Tal declaração reafirma o reconhecimento de Peirce dos estudos já desenvolvidos por outros pensadores acerca do fenômeno triádico. A teoria do semioticista americano se debruça em categorias que se ampliam em ramificações triádicas a fim de analisar os fenômenos. Segundo Peirce (2005, p. 51),

[o]s signos são divisíveis conforme três tricotomias; a primeira, conforme o signo em si mesmo for uma mera qualidade, um existente concreto ou uma lei geral; a segunda, conforme a relação do signo para com seu objeto consistir no fato de o signo ter algum caráter em si mesmo, ou manter alguma relação existencial com esse objeto ou em sua relação com um interpretante; a terceira, conforme seu interpretante representá-lo como um signo de possibilidade ou como um signo de fato ou como um signo de razão.

O signo, dessa maneira, pode ser analisado como fenômeno empírico em si mesmo (no seu poder para significar), como referência àquilo que indica e como representação dos efeitos que causa em seu intérprete, aspectos esses referenciados por Peirce (2005) como primeiridade, secundidade e terceiridade, sobre os quais discorreremos na próxima seção.

### A natureza triádica do signo

A fenomenologia, aludida por Santaella (2005), explica as bases acerca da Semiótica de Peirce: “Entendemos por fenômeno, palavra derivada do grego *Phaneron*, tudo aquilo, qualquer coisa, que aparece à percepção e à mente. A fenomenologia tem por função apresentar as categorias formais e universais dos modos como os fenômenos são apreendidos pela mente” (SANTAELLA, 2005, p. 7). Dessa forma, como a autora esclarece, há uma relação íntima da fenomenologia com a Semiótica, uma vez que aquela possibilita a análise de fenômenos dos mais simples aos mais complexos no esquema de análise semiológica.

Peirce (2005) descreve três categorias universais do pensamento constitutivas da experiência que se tem em um processo de significação, que considera desde o primeiro contato do indivíduo com o fenômeno ao qual será atribuído um significado/sentido, até o ponto em que este adquire um conceito formado. Segue a explanação de cada um deles.

A primeira categoria constitutiva da experiência, conforme Peirce (2005), é a primeiridade, ou seja, “[s]eria algo *que é aquilo que é sem referência a qualquer outra coisa dentro dele, ou fora dele, independentemente de toda força e de toda razão*” (PEIRCE, 2005, p. 24). Em se tratando do fenômeno da experiência, a primeiridade é a base desse processo, pois é nela que temos o primeiro contato com aquilo ao qual começamos a atribuir significados. A primeiridade é *imediate e original*, compreendida pelos sentidos, efêmera, quase intangível, representa a categoria do *ser*. Em uma explosão, por exemplo, a primeiridade é representada pelo som que pode, provavelmente, causar um susto inicial, ainda no momento em que ela é desconhecida, porém é gerado esse espanto apenas pela captação do barulho em si, sem ponderações sobre o fenômeno ou o que ele possa ser.

Já a segunda categoria constitutiva da experiência é a secundidade. Ela representa uma camada um pouco mais profunda no processo de atribuição de significados. Nela, existe um conhecimento maior acerca do fenômeno, pois há uma relação deste com o outro, por uma relação de reação, o reconhecimento da experiência e não mais apenas a sensação que ela causa imediatamente, uma vez que a “secundidade está ligada às ideias de dependência, determinação, dualidade, ação e reação, aqui e agora, conflito, surpresa, dúvida” (SANTAELLA, 2005, p. 7). O fenômeno, logo, não adquire mais apenas a característica do ser, mas a de manifestar a sua existência. Uma explosão, por exemplo, deixa de ser apenas um som e se torna algo que *coexiste* no mesmo mundo do indivíduo, pois é algo real.

Por fim, a terceira categoria constitutiva da experiência é a terceiridade. Aqui, o objeto que ganhou significado passa por uma análise mais crítica e relacionada a um terceiro fator que é o seu interpretante. Dessa maneira, a “terceiridade diz respeito à generalidade, continuidade,

crescimento, inteligência” (SANTAELLA, 2005, p. 7). Ponderações podem ser feitas e pode-se falar sobre o fenômeno, posicionar-se, ter opinião sobre ele, havendo interação. A explosão passa a ter uma causa, o indivíduo pode fazer inferências e levantar hipóteses para explicá-la.

A segunda tricotomia da complexa rede de análise Semiótica de Peirce diz respeito às categorias de ícone, índice e símbolo. Como visto, a teoria semiótica de Peirce se estrutura em ramificações triádicas dos elementos constituintes dos signos. Sobre esses elementos, Peirce (2005) considera três tipos de propriedades que são os fundamentos dos signos: a qualidade, a existência e a lei. A qualidade é a condição de tudo poder ser signo; a existência é o caráter de tudo ser signo; e a lei é a marca de tudo que é convencionalizado a ser signo.

Partindo desses conceitos, essas propriedades colaboram para os três tipos de relações que o signo pode ter com o objeto a que ele se aplica ou denota. Cada um deles remete a um tipo de relação entre o objeto no mundo e o próprio signo.

[...] deveria haver três classes de signos, pois há uma conexão tripla de signo, coisa significada, cognição produzida na mente. Pode haver apenas uma relação de razão entre o signo e a coisa significada; neste caso, o signo é um ícone. Ou pode haver uma ligação física direta; neste caso, o signo é um índice. Ou pode haver uma relação que consiste no fato de a mente associar o signo com seu objeto; neste caso o signo é um nome (ou símbolo) (PEIRCE, 2005, p. 11).

Segundo Peirce (2005), ícone é uma associação direta com o signo e com o que ele representa, “é um signo cuja virtude significante se deve apenas a sua Qualidade” (PEIRCE, 2005, p. 28). Podemos considerar a foto de uma montanha como um ícone da montanha, mas nunca a montanha em si. Por ter uma semelhança com a coisa que representa, esse signo pode ser facilmente identificado. Ele faz uma ponte de representação com o objeto no mundo. Exemplos de ícones são desenhos, fotografias, estátuas, entre outros, pois sempre há uma relação do signo com o objeto.

O índice é uma representação da coisa no mundo baseada em outros elementos que indicam a sua existência. Ao contrário do ícone, o índice depende da experiência pessoal do indivíduo no mundo, ou seja, sua relação com o objeto: “é um Signo cuja significação de seu Objeto se deve ao fato de ter ele uma Relação genuína com aquele Objeto, sem se levar em consideração o Interpretante” (PEIRCE, 2005, p. 28). Nuvens carregadas, por exemplo, com base na experiência do ser humano no mundo, não é a chuva em si, embora elas indiquem precipitação. Uma pessoa que não teve uma experiência anterior acerca desse fenômeno não teria conhecimento de que nuvens negras precipitam a chuva e, conseqüentemente, não teria capacidade de perceber o indício de que vai chover.

Já o símbolo está fortemente atrelado às nossas experiências em sociedade, já que sua existência depende de um tratado social e de leis: “é um signo cuja virtude significante se deve a um caráter que só pode ser compreendido com a ajuda de seu Interpretante” (PEIRCE, 2005, p. 28). Ele não tem necessariamente uma relação de semelhança com o objeto no mundo e depende do conhecimento do indivíduo acerca do seu significado, portanto, é potencialmente convencional. Sendo assim, as placas de trânsito e logomarcas, por exemplo, são compreendidas como símbolos, uma vez que o sentido é obtido pela convenção social.

No mais, devido à amplitude de seu objeto de estudo, uma análise semiótica específica pode ser, de forma apropriada, apoiada em outras ciências que viabilizam diferentes enfoques. Daí a importância de análises embasadas em contextos sócio-históricos que representam as condições de produção e/ou utilização dos signos. Sem esse conhecimento prévio, as análises ficam submetidas a interpretações superficiais que limitam a competência significativa do próprio signo. Por isso, posto essas considerações, fizemos a interface com a Análise de Discurso Crítica, trazendo o conceito de discurso, ideologia e hegemonia. Passemos à apreciação dela na próxima seção.

### **Análise de Discurso Crítica: revisitando conceitos**

A Análise de Discurso Crítica, conforme Resende e Ramalho (2006), foi alcunhada por Fairclough e hoje se consolida como uma disciplina que concebe a linguagem numa perspectiva crítica. Seu caráter analítico parte do pressuposto que não há neutralidade na linguagem, portanto seu objetivo, enquanto aporte teórico-metodológico, é fazer reflexões para mudanças discursivas e sociais.

A ADC é constituída por diversas abordagens que enfocam princípios analíticos específicos, dependendo do que se pretende investigar. Aqui, amparamo-nos na abordagem de Fairclough (2001), a dialética-relacional, a qual, de acordo com Vieira e Macedo (2018), compreende que a linguagem opera na sociedade, na mesma ordem que a última opera na primeira.

O objeto de estudo concebido pela ADC é o discurso. De acordo com Fairclough (2001), o discurso é formado como prática social, isto é, nunca é concebido como atividade individual. Assim, o discurso é “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Por essa ótica, o discurso é uma forma de agir no mundo, de influenciar os outros e de construir representações.

Seguindo esse raciocínio, é pelo discurso que marcas de poder são estabelecidas na sociedade. Ele é materializado na esfera social de diversas maneiras e, quando aliado à hegemonia, tem-se em foco o objetivo de manter grupos hegemônicos no poder. Qualquer discurso se faz presente nos textos, por essa razão que a análise em ADC é sempre textualmente orientada, pois é pelo texto que a análise discursiva é possível.

Fairclough (2001), seguindo essas considerações, criou a Teoria Social do Discurso, que, nas palavras do próprio autor, reúne “a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 89). Por ela, Fairclough (2001) aponta o discurso numa perspectiva tridimensional, na qual o discurso é constituído pela prática/dimensão social, prática/dimensão discursiva e texto/dimensão textual. De acordo com Lira e Alves (2018), a dimensão social alude a hegemonia e ideologia; a dimensão discursiva trata da intertextualidade, interdiscursividade, coerência e força; e a dimensão textual lida com léxico, gramática, coesão e estrutura. Passemos à explanação de cada dimensão do discurso.

A prática social, de acordo com Magalhães (2000), abrange a ação social, a ação linguística, um contexto sócio-histórico em particular e os sujeitos inseridos nele. Nessa dimensão, dois conceitos são chaves: ideologia e hegemonia. O primeiro diz respeito à mobilização de sujeitos construídos na linguagem, seja por escolhas lexicais, seja por estruturas enunciativas ou seja pelos processos de representação. Aqui, é entendido que esses processos de uso da linguagem não são questões meramente gramaticais, possibilitado pelo sistema linguístico, mas construídos por motivações ideológicas (VIEIRA; MACEDO, 2018). O segundo conceito se refere a uma dominação realizada de forma consensual, pois a hegemonia constrói relações de alianças que não são marcadas explicitamente, pelo contrário, ela se realiza pelo consentimento. Fairclough (2001) afirma ainda que a hegemonia é instável, portanto aqui se abre a possibilidade de mudança social, uma vez que o objetivo da ADC, como já dito, almeja mudanças discursivas e sociais.

Compreendendo que a hegemonia e a ideologia circulam na dimensão social, entendemos que algumas práticas sociais são consideradas ilegítimas por não estarem em consonância com preceitos hegemônicos. Dessa maneira, uma cadeia de signos posta em uma ordem estrutural, conforme a pressão sintagmática de um sistema linguístico, aponta para esferas sociais concebidas socialmente como legítimas se estiver associada à ordem hegemônica, ou pode apontar para práticas sociais compreendidas na sociedade como marginalizadas, tidas, via discurso, como ilegítimas.

A prática/dimensão discursiva se manifesta linguisticamente e ela tem uma característica muito particular: a prática discursiva é quem medeia as outras duas dimensões do discurso: a prática social e o texto. Nessa dimensão, focaliza-se em três processos: produção, distribuição e consumo. Fairclough (2001) observa que o primeiro e o último são parcialmente de natureza sociocognitiva, pois se baseiam em convenções sociais interiorizadas.

Na dimensão textual/texto, é preciso sempre relacionar simultaneamente questões de forma e significado, pois, em um texto, cada palavra escolhida à sua composição é motivada socialmente, isto é, existem razões sociais para combinar certas expressões no lugar de outras. A cadeia de signos que se estrutura em um texto gera implicações sociais que, conforme a ADC, não são aleatórias, pois, como bem salienta Fairclough (2001, p. 107), “os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos”.

Apontado isso, salientamos que se almeja aqui relacionar as potencialidades do signo, sobretudo com as categorias tricotômicas aqui expostas, da Semiótica de Peirce (2005), juntamente com os conceitos de ideologia e hegemonia da ADC, posto que os signos, como também são elementos constituintes do discurso, não são empregados, em qualquer instância da linguagem, de forma arbitrária, mas motivados socialmente.

## Metodologia

Esta pesquisa se configura como qualitativa, uma vez que, amparando-nos pela abordagem teórica-metodológica da Semiótica, bem como da ADC, descrevemos o *corpus* e analisamos os dados que estão imersos em um contexto social particular, causando, até os dias atuais, implicações na sociedade acerca do fenômeno social tratado.

O *corpus* é uma capa da revista Carta Capital, publicada no ano de 2017, cuja edição é 964. Ela faz referência ao conturbado momento político do ano de 2017, principalmente sobre as eleições para presidente do Brasil. Segue a imagem da capa da revista *Carta Capital*<sup>4</sup>:

**Figura 1:** Capa da revista Carta Capital (edição 964)

---

<sup>4</sup>Revista Carta Capital, ano XXIII, nº 964 - 09 de agosto de 2017. Imagem da capa da revista também disponível em: <<https://www.tce.ba.gov.br/biblioteca/servicos/sumarioperiodicos/sumario/visualizar/109/>>. Acesso em: 07 jul. de 2022.



**Fonte:** Revista Carta Capital (2017).

Sobre os procedimentos metodológicos, depois de uma leitura analítica da capa, categorizamos as informações da capa da revista de duas maneiras: primária e secundária. A primária diz respeito às informações centrais da capa da revista, as quais estão em evidência. A secundária diz respeito ao que não se apresenta no centro da capa da revista, mas que está inserida no mesmo campo semântico político.

Partimos de uma análise sígnica, baseada nas contribuições de Peirce (2005), como ícone, índice e símbolo. Também analisamos as cores que compõem a capa da revista, pois, dentro da ótica de Peirce (2005), pode haver indícios fenomenológicos que suscitam investigação. Em seguida, trazemos, à luz da ADC, na vertente de Fairclough (2001), os conceitos de ideologia e hegemonia.

Dito isso, antes de passarmos para análise, evidenciamos que todos os procedimentos analíticos foram realizados, como bem salienta Moita Lopes (1994), pela nossa perspectiva interpretativa, já que qualquer fato é analisado sempre a partir de uma interpretação. Contudo, pelo teor ético de qualquer pesquisa científica, nossa análise se apresenta de forma lógica e embasada, tomadas como verdade as conclusões a que chegamos, orientadas pelos nossos pressupostos teóricos. Assim, seguimos para a análise.

## **Análise**

A Carta Capital é uma revista semanal brasileira de informações gerais e que tem um amplo alcance de público leitor. Ela foi criada em 1994 e, atualmente, possui credibilidade com seus assinantes, se consolidando no meio informativo, e tende a apresentar predominantemente posicionamentos mais progressistas, tendendo a um viés de caráter mais popular.

A partir dessas informações, fizemos uma análise detalhada da capa da edição 964, entendendo que a interpretação sêmica dos signos presentes na capa é sempre relacional. Além disso, entendemos também que qualquer construção de sentido não é aleatória, mas motivada socialmente. Por isso, iniciamos a análise pela descrição da capa, depois analisamos suas informações primárias e secundárias, assim como as cores e as relações de representação textuais/discursivas, e terminamos com a análise das construções discursivas das informações na capa da revista. Dessa forma, passemos à análise.

## **Análise descritiva da capa**

Nas observações sobre os signos linguísticos apresentados, percebemos que a imagem é composta de signos verbais que, na composição do texto, ao longo da figura, são editados em diferentes formatos. Primeiramente é possível notar o tamanho do signo verbal “2018” na cor preta e que está centralizado na capa propositalmente, tornando-se, assim, o foco. Sobre este signo “2018”, sobrepõe-se um signo não verbal representado por uma faixa presidencial nas cores verde e amarelo que envolve o numeral “0”. Já ao lado do numeral “18” há um ponto de interrogação numa proporção levemente maior do que o signo “2018”, mas na cor branca e de maneira translúcida.

Outro signo verbal é a logomarca da revista “Carta Capital” no canto superior nas cores vermelho e branco, respectivamente. A palavra “Carta” em vermelho adquire mais visibilidade por estar em uma espessura maior que a cor branca que está sendo empregada na palavra “Capital”, constituindo, assim, o nome da revista. Já o texto que vemos no canto inferior da capa traz a mensagem: “Na perspectiva do pleito presidencial, por ora sem candidato e com medo tanto da chamada esquerda quanto de Bolsonaro, a casa-grande salva Temer. Mas haverá eleição?”. As cores do texto alternam entre o preto e o branco, estando a cor branca presente nas expressões *pleito, presidencial, medo, da chamada esquerda, Bolsonaro, salva Temer, eleição?*. Algumas tonalidades, na capa, são postas com mais frequência, como o branco, o preto e o vermelho. Já o plano de fundo da revista está na cor bege, de forma branda, fazendo com que as outras cores se sobressaiam.

Podemos considerar que esses são os signos verbais das informações primárias, pois tratam das informações centrais (mais importante) da edição da revista. Se essas são as primárias, consideramos também algumas informações como secundárias, são elas as que estão postas no topo da capa com o formato menor, sendo assim, não possuem uma grande visibilidade como as informações centrais, mas circulam no mesmo universo semântico da política.

Na parte superior que está com um fundo na cor branca, temos duas informações secundárias, nas quais os títulos estão na cor vermelha, seguidas por subtítulos na cor preta. O assunto que trata a primeira com o título *RIO DE JANEIRO* revela o cenário econômico e moral brasileiro que se encontram em falência. Já a segunda, com o título *CUT/VOX POPULI*, o comentário é feito sobre a sentença do juiz Sérgio Moro, que culminou em vitaminar a candidatura do ex-presidente Lula.

### **As informações primárias**

A imagem que centraliza essa edição da capa da revista Carta Capital tematiza o período eleitoral, mais especificamente considerando o debate que envolveu, no contexto político, os candidatos à presidência da república. Os signos verbais centrais da capa da revista chamam a atenção do leitor pelo seu tamanho e cores que se contrapõem. A representação “2018?” é a informação visual com a qual primeiro nos deparamos e, conseqüentemente, a primeira para qual atribuímos sentido.

Sob o ponto de vista qualitativo-icônico, Santaella (2005) explana como se dá o processo de atribuição de sentido aos signos:

Sob o ponto de vista qualitativo-icônico, são analisados os aspectos qualitativos de um produto, peça ou imagem, ou melhor, a qualidade da matéria de que é feito, suas cores, linhas, volume, dimensão, textura, luminosidade, composição, forma, design etc. Esses aspectos são responsáveis pela primeira impressão que um produto provoca no receptor. A impressão que brota da primeira olhada (SANTAELLA, 2005, p. 70).

É perceptível a importância dada ao signo 2018 na capa, uma vez que ele ocupa a maior parte dela. A escolha em não trazer imagens e fotos de candidatos à presidência, mas de deixar em evidência a numeração que correspondente ao ano das eleições sugere qual a verdadeira preocupação da mensagem: a incerteza quanto ao ano em questão. A impressão desse primeiro olhar sugere, portanto, uma incerteza mais geral que, com a leitura do texto subsequente, delinea melhor a respeito de que ela é causada.

Nesses signos verbais, o ano de 2018, no que diz respeito à primeiridade, pode ser pensado como algo que sugerisse apenas o ano de veiculação da revista. No entanto, quando ele é encadeado com o ponto de interrogação ao lado, algumas inferências podem ser estabelecidas, configurando um processo que parte da primeiridade para a secundidade. Isso é possível, pois é estabelecida, pela relação de ideias que os signos permitem, uma indagação sobre as eleições que seriam um acontecimento estável que cedeu espaço para a incerteza. Com isso, podemos supor que o ponto de interrogação, após a indicação do ano eleitoral, sugere uma indagação sobre o futuro incerto das eleições.

Quanto ao texto que está veiculado no canto inferior da capa da revista, podemos relacionar a expressão *pleito presidencial*, que diz respeito à corrida presidencial e à tendência ao favoritismo de candidatos, com dois campos sêmicos em oposição: o primeiro é a chamada esquerda, que não nomeia nenhum candidato, mas as cores predominantes na revista insinuem o Partido dos Trabalhadores (PT), nos remetendo, mais particularmente, dentro do contexto político acerca da figura de candidato a presidente, o ex-presidente Lula, construído pelas cores predominantes que nos remetem a esse partido. O pré-candidato à época, portanto, embora seu nome não esteja citado explicitamente, está subentendido; já o segundo posicionamento de ideias faz referência explícita ao candidato Jair Bolsonaro.

As escolhas lexicais do texto, por não fazerem referência explícita ao candidato que se oporia a Bolsonaro, podem sugerir certo receio da revista em citar Lula diretamente, pois os processos judiciais que o envolviam na época de circulação dessa edição da revista tornavam sua candidatura incerta. E, para uma revista que almeja credibilidade, lidar com informações incertas ou de caráter duvidoso é uma imprudência que pode tomar grandes proporções, causando sérios percalços. Já o candidato Bolsonaro, que propaga ideais políticos inclinados para concepções conservadoras, nesse cenário, firmava sua pré-candidatura à presidência da república.

A expressão *Casa-Grande*, por salvar Temer, presidente do Brasil no ano de 2017, não tem interesse em figurar ideais populistas no cargo da presidência, mas também não se interessa por uma personalidade de extremo conservadorismo em tal cargo. Assim, surge o questionamento: “Haverá eleição?”. Essa pergunta, finalizando o texto, sugere uma possibilidade de não acontecer eleições presidenciais no ano eleitoral devido aos acontecimentos envolvendo o cargo presidencial no Brasil naquele cenário. Essa expressão signíca “Haverá eleição?” reitera a incerteza das eleições no Brasil devido à sua situação

política. Com isso, é possível percebermos uma relação do 2018, no início do texto em análise, com o questionamento que fecha as informações primárias da capa.

Mas o que a expressão *Casa-Grande* poderia sugerir? Em uma perspectiva histórica, compreendemos a Casa-Grande como a propriedade dos senhores de engenho na época do Brasil colonial, na qual eram tomadas decisões sobre todos os aspectos que envolviam a vida na colônia, como sua economia, o trabalho exercido, a mão de obra, os lucros e as necessidades. Essa expressão que o texto utiliza simboliza as condições de poder e soberania de alguns poderosos sobre muitas questões que envolvem a sociedade brasileira, assim como acontecia no período colonial. Essa representação simbólica de casa-grande apresenta metaforicamente um Brasil agindo ainda como fora quando um país colônia, em que alguns grupos detinham o poder e estabeleciam a relação de poderio.

Trazendo para os dias de hoje, dentro da ótica *faircloughiana*, temos uma relação assimétrica de poder, instaurada por grupos hegemônicos, que, consensualmente, podem “mandar e desmandar” no Brasil, principalmente na esfera política. Assim, é mais provável, na sociedade, abrir uma possibilidade de não haver eleição no ano de 2018, do que confrontar tal indagação a fim de garantir o direito legal de votar a quem se almeja como presidente nos próximos 4 anos.

### **As informações secundárias**

As informações secundárias estão localizadas na parte superior da capa da revista, como duas manchetes, e são assim denominadas, pois elas vêm a nossa atenção em um momento posterior ao da leitura das informações primárias.

A informação secundária da esquerda aponta para a decadência política do país. O título está em vermelho e negrito. As fontes de tamanho igual e pequenas no canto superior da revista deixam claro que ela não é o destaque da edição, além de dividir igual espaço com outra manchete. Porém, o título é explicitado pelo tom vermelho em negrito que chama mais atenção que o preto e sem o negrito do restante. O fundo é branco, o que também contrasta com as cores do texto.

Avaliando o teor da revista como geralmente não conservadora e das informações primárias, é possível fazer uma associação entre elas. Ela conversa com o tema principal quando insinua uma decadência também política no Rio de Janeiro, o que pode ser vista como uma construção contraideológica a respeito de Temer – presidente do Brasil no ano de 2017 e que conseguiu ocupar o cargo da presidência após o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff

– com Marcelo Crivella, prefeito, em 2017, do Rio de Janeiro, que foi aliado político de Temer e que vinha sofrendo ameaças de *impeachment*. Essa leitura contraideológica é possível, visto que o título fala do Rio de Janeiro, mas quem sofreu/sofre por conta dessa decadência foi/é o Brasil inteiro.

Na informação secundária à direita, temos o título "CUT/VOX POPULI" e o subtítulo "*A sentença de Moro vitamina a candidatura de Lula*", representados nas cores vermelha e preta, respectivamente. Podemos perceber que essa manchete está diretamente relacionada com as informações principais da capa da revista Carta Capital, uma vez que ambas tratam da questão acerca da corrida presidencial para 2018.

Quanto ao título na cor vermelha, assim como o símbolo do Partido dos Trabalhadores, realizamos o resgate na memória de questões sócio-políticas, pois associamos que o conteúdo fazia referência ao PT. Entretanto a informação secundária da esquerda apresenta essa mesma cor, mas não tem ligação direta com o partido, já que o texto em questão dá indícios sobre a provável candidatura de Lula por conta da sentença de Moro, levando em consideração o contexto político em que se encontrava o Brasil quando a capa da revista foi veiculada. Assim, é impulsionado aos leitores o questionamento se realmente haverá eleição para presidente da República em 2018 e também se Lula entrará na disputa, já que sua candidatura ainda se mantinha incerta.

### **As cores**

As primeiras impressões geradas ao olhar a revista, em relação à seleção das cores, é a de que há uma harmonia entre elas na composição da capa da revista. São poucas cores que a compõem, o que não a torna neutra, conforme a ADC, mas condizente com o próprio *status* da marca Carta Capital e também com o teor das informações trazidas, as quais dizem respeito à corrida presidencial e à incerteza quanto às eleições.

Como supracitado, as cores branco, preto e vermelho são predominantes na composição das capas da revista Carta Capital, não apenas nessa edição. Como Santaella (2005) bem explica, as cores são extremamente sugestivas e implicam em seu uso comparações, tal como os signos sempre remetem a um outro e assim sucessivamente. Há, portanto, em um nível mais profundo de abstração, uma recuperação do símbolo que a cor vermelha predominante possibilita, que é a do partido político PT. Essa recuperação mental não é feita de maneira arbitrária, mas possibilitada pelo contexto social da época, pelo *status* da revista e pelo signo em evidência "2018".

A cor branca que percebemos no ponto de interrogação se sobrepõe ao último numeral do ano de maneira translúcida para não desviar a atenção que é dada ao signo que representa o ano eleitoral, neste caso, o 2018, o qual consideramos seu último numeral como o mais significativo. É por esse índice que podemos atribuir significação à cor branca, a qual não é aqui utilizada com a finalidade de representar uma neutralidade, mas sim uma suavidade no último numeral (8), o que pode indicar uma situação indeterminada para o ano referido.

Segundo Santaella (2005), o ponto de vista do índice assume características não mais apenas de sua qualidade, mas de identificação:

Sob o ponto de vista singular-indicativo, o produto, peça ou imagem é analisado como algo que existe em um espaço e tempo determinados. Quais são os traços de sua identidade? Sob esse ângulo, as qualidades de que esse existente se compõe - cores, forma, tamanho, matéria - passam a ser vistas em função da sua manipulação e uso. (SANTAELLA, 2005, p. 71)

Além disso, é possível recuperar a ideia de eleições pela presença da faixa de presidente sobreposta ao numeral 0 com cores que fazem referência ao Brasil. Essas cores, certamente, não são o Brasil em si, mas, sobrepostas à representação do ano de eleições no país, sinalizam para a indefinição do futuro presidente. É interessante ressaltar a posição diagonal da imagem que representa a faixa presidencial, estabelecendo uma recuperação com a imagem do presidente do país.

Na dimensão verbal do texto, as fontes do logotipo “Carta Capital” colaboram para o direcionamento dos sentidos e das significações que podemos atribuir. As cores do logotipo sugerem a recuperação sêmica das características de um partido brasileiro, o PT, pois se assemelha às mesmas cores desse partido: o vermelho e o branco. Isso ocorre porque o símbolo dessas cores no contexto político nos aponta para esse partido e, como a representação do signo enquanto símbolo está atrelada à sociedade, se não conhecêssemos esse partido com essas cores predominantes, certamente não seria possível fazermos essa associação.

Santaella (2005) especifica as categorias de análise do ponto de vista simbólico dos signos:

Sob o ponto de vista convencional-simbólico, o produto é analisado no seu caráter de tipo, quer dizer, não como algo que se apresenta na sua singularidade, mas como um tipo de produto. Analisam-se aqui, primeiramente, os padrões do design e os padrões de gosto a que esses designs atendem. Que horizontes de expectativas culturais eles preenchem? (SANTAELLA, 2005, p. 71)

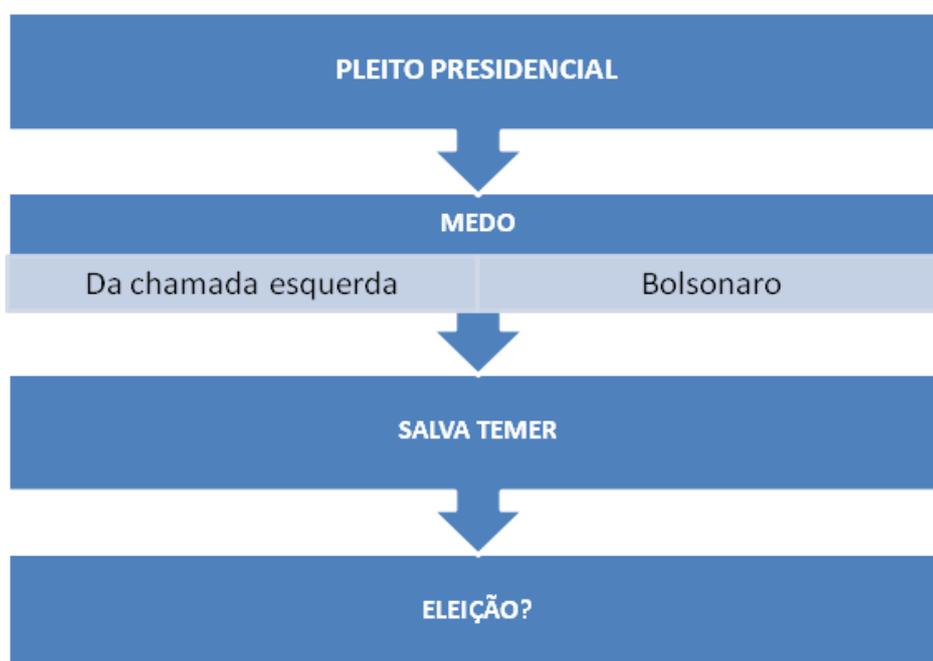
Como já dito, o *status* da revista também contribui para a relação feita entre as cores predominantes e o conteúdo trazido pela revista, bem como o posicionamento dela em concordância com pensamentos mais progressistas.

Já o preto usado em 2018, além de colaborar para o contraste com as cores branco e vermelho do restante da imagem, pode suscitar uma ideia de luto, pois, ainda que saibamos que este ano é um ano eleitoral, os eventos de cunho político ocorridos na sociedade culminaram em manifestar na população uma ideia de perda da democratização, ou seja, resultando no enfraquecimento do poder popular exercido pelo voto democrático. A cor preta, embora não seja o luto em si, indicialmente, enquanto signo, possibilita estabelecermos essa relação, portanto, insinua o luto dessa perda sofrida que é insuflada pela falta de autonomia da própria população.

### **Relações representativas dos elementos textuais/discursivos**

As cores, como já expomos e analisamos, são elementos que complementam a produção de sentidos de qualquer texto. Nas informações abaixo das informações primárias, alguns termos estão na cor branca, como “*pleito presidencial*”, “*medo*”, “*da chamada esquerda*”, “*Bolsonaro*”, “*Salva Temer*” e “*Eleição?*”. Essas marcações, além de contrastarem com as demais na cor preta, nos orientam a entender uma suposta justificativa para o que seria um futuro golpe. Ilustremos a figura 2 com a finalidade de nós nos fazermos compreender melhor.

**Figura 2:** Relações representativas dos elementos textuais/discursivos



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Conforme a figura 2, essa relação, dentro do contexto político já referido por outros signos, é indicial. Esses índices são constituídos por uma cadeia de termos e expressões na cor branca que nos guiam para a indagação sugestiva de um golpe de Estado. Essa sugestão também é percebida pelo viés do símbolo, uma vez que a incerteza das eleições só é associada a golpe porque o Brasil vem sofrendo conturbações políticas desde a saída da ex-presidenta Dilma, tornando o seu vice, Temer, atual presidente da república na época. Em outras palavras, a permanência de um presidente que não foi eleito pelo voto democrático para ocupar tal cargo é vitaminada pelas perturbações que ocorrem, dentro desse contexto, no cenário político.

Com isso, compreendemos uma construção discursiva com signos específicos que encaminham a motivações ideológicas convenientes à hegemonia, pois na perspectiva da *Casa-Grande*, o “pleito presidencial” aponta para um “medo” para o encargo presidencial de um candidato tanto “da chamada esquerda”, quanto da figura de “Bolsonaro”, e, por ela manter o presidente Temer a salvo, “salva Temer”, de situações aversivas na política, é provável que a *Casa-Grande* dificulte ou atordoe as eleições, “Eleição?”, por não encarar de maneira positiva a falta de candidatos vantajosos para a corrida eleitoral que é denunciada pelo pleito presidencial.

**Construções discursivas das informações na capa da revista**

Com base nas análises sêmicas já mostradas, vimos que o contexto político nos anos 2016 (com o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff), 2017 (com a possibilidade de não ocorrer eleição), e até de 2018 (sem projeção para um cenário estável no contexto político) são momentos no mínimo turbulentos. Reiteramos que essa análise dos elementos que envolvem a natureza argumentativa dos signos, via discurso, deve ser relacionada aos aspectos sociais que envolvem todo o contexto de produção e recepção dos textos.

Vimos que as informações centrais da capa da revista sugerem: 1) a possibilidade, pela convenção, de não se realizar eleições presidenciais, em virtude de o Brasil estar passando por um momento delicado na política; e 2) sugestão de um novo golpe, ou seja, não possibilitar o povo brasileiro usufruir do seu direito de votar em um presidencial. Nessas circunstâncias, há discursos que circulam nessa cadeia sónica de sentido na capa da revista e que mobilizam engrenagens ideológicas para manter a hegemonia no poder, já que, aparentemente, não seja interessante para o Brasil dar poder de voto ao povo brasileiro sobre decidir um novo presidente conforme as circunstâncias do Brasil no ano de 2017, cabendo à “Casa-Grande” tomar tal decisão.

Como bem diz Fairclough (2001), a hegemonia é consensual. Logo, essa sugestão de não haver eleição se constrói no discurso a fim de ser consentida pelos brasileiros. Assim, se constrói no imaginário social que o Brasil não tem espaço para um período eleitoral, tirando do povo a possibilidade do voto, argumentando que o Brasil precisa mitigar os últimos acontecimentos polêmicos para, só assim, em momento oportuno, dar ao povo o seu direito de voto novamente.

Nas informações secundárias da capa da revista, a construção discursiva propõe um país em estado de decadência, como a informação secundária à esquerda, assim como propõe a possível candidatura do ex-presidente Lula, a qual foi vitaminada por Moro, como se tem na informação secundária à direita. Tais informações apontam para um discurso ideológico que favorece a não eleição, quando reitera uma “falência moral do Brasil”, bem como o medo da “chamada esquerda”, tendo como expoente o ex-presidente Lula. Fazendo relação a essas informações, com a informação central, podemos perceber uma construção discursiva bastante organizada se tratando de objetivos a se alcançar, pela ordem hegemônica, para manter grupos no poder, mas não pela imposição, e sim pelo consentimento, alcançando o estado consensual de se manter no controle, a fim de “organizar o Brasil”.

## **Conclusão**

Ao nos debruçarmos sobre a análise que constitui o *corpus*, buscamos trazer, de início, as concepções sobre os estudos da Semiótica, mais particularmente, os pressupostos teóricos de Peirce (2005), como ferramenta para a construção de sentido, a partir de uma descrição embasada, da capa da revista Carta Capital. Em articulação com essa perspectiva de análise, aplicamos os conceitos de ideologia e hegemonia trabalhados por Fairclough (2001), a fim de discutir e explanar as construções discursivas que são elaboradas em articulação principalmente com preceitos hegemônicos.

Assim, delineando um caminho metodológico sobre essas concepções, até chegarmos ao nosso objetivo principal, que é provocar discussões sobre fenômenos sógnicos, textuais e discursivos presentes na capa analisada, precipuamente, para compreender os processos de construção de sentido, fizemos uma análise semiótica construída com base nos pressupostos de Peirce (2005), que constitui suas análises voltadas para o estudo geral dos signos. Depois aliamos com os pressupostos da ADC, em particular com as contribuições de Fairclough (2001), para trazer à baila construções discursivas que apontam posicionamentos ideológicos que estão a serviço da hegemonia.

Com esses postulados, fizemos uma análise da capa da revista Carta Capital, cujos resultados se mostraram evidentes a nossa hipótese: a capa da revista que foi submetida a nossa investigação traz discursos que são condizentes ao *status* da revista, assim como ao contexto político do Brasil no ano de 2017. Concluímos que há, na capa da revista, discursos ideológicos que buscam instaurar, pela ordem hegemônica, práticas e ações ao país que são apropriadas a uma parcela da população, ou seja, a grupos hegemônicos, mantendo/estabelecendo, assim, relações assimétricas de poder.

## Referências

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UNB, 2001.

LIRA, Luciane Cristina Eneas; ALVES, Regysane Botelho Cutrim. Teoria social do discurso e evolução da análise de discurso crítica. In: BATISTA JUNIOR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. Cap. 5. p. 104-122.

MAGALHÃES, Izabel. *Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico*. Brasília: Thesaurus, 2000.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. *DELTA*, v. 10, n. 2, p. 329-338, 1994.

PEIRCE, Charles. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SANTAELLA, Lucia. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JUNIOR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de. *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. Cap. 3. p. 48-77.